**Informe – Conferências Conjuntas**

**Da Transversalidade**

As Conferências Nacionais Conjuntas constituem-se como instância máxima de deliberação da Política Nacional de Direitos Humanos, cujas diretrizes e ações prioritárias serão propostas considerando as deliberações da: 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos; 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; e 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

Durante a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, de 27 a 29 de abril de 2016, será desenvolvido o Grupo de Trabalho de Transversalidade (GTT), composto por 25 pessoas indicadas pelas respectivas instâncias responsáveis representando as 05 (cinco) Conferências Nacionais Temáticas e 05 (cinco) Conselhos Nacionais: de Direitos Humanos; Criança e Adolescente; Pessoa com Deficiência; Pessoa Idosa; e LGBT, bem como a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

A Coordenação do GTT ficará a cargo do Comitê Executivo das Conferências Nacionais, com apoio da consultora responsável pela Metodologia da Transversalidade das Conferências Nacionais Conjuntas.

A Coordenação do GTT desenvolverá as seguintes etapas:

I – Apresentação do Documento 1 de Transversalidade, que inclui o roteiro básico da proposta de Política Nacional de Direitos Humanos e sintetiza as deliberações das Conferências Estaduais e do Distrito Federal de Direitos Humanos, conforme o “Quadro de ações estratégicas prioritárias da Proposta de Política Nacional de Direitos Humanos”, elaborado com a participação dos 05 (cinco) Conselhos Nacionais e do Comitê Executivo das Conferências Nacionais Conjuntas. O documento será apresentado antes do início das Conferências.

II - Elaboração do Documento 2 de Transversalidade, que irá ampliar o Documento 1, considerando as deliberações das Conferências Nacionais Temáticas de Criança e Adolescente; Pessoa com Deficiência; Pessoa Idosa; e LGBT. A elaboração acontecerá nos dias 26 e 27 de abril, para apresentação ao GTT no dia 28/04/2016.

III - Elaboração do Documento 3 de Transversalidade, que será fruto do trabalho realizado pelo GTT durante a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, nos dias 28 e 29 de abril.

O “Quadro de ações estratégicas prioritárias” estabelecerá articulações que possam gerar sinergia entre as áreas a serem tratadas por uma futura Política Nacional de Direitos Humanos, construindo nexos entre as identidades dos sujeitos, a pluralidade de suas demandas e vulnerabilidades ao longo de suas vidas no campo e na cidade, relacionadas aos eixos da Proposta Política, definidos a partir do estudo do PNDH3 e de discussões nos Conselhos Nacionais e Comitê Executivo das Conferências Nacionais Conjuntas.

Art. 40 O GTT cumprirá a seguinte pauta:

I – Os participantes do GTT irão apontar ações prioritárias para a futura Política Nacional por meio da identificação de convergências/justaposições, contradições/inadequações, ou revisão da redação das proposições aprovadas em cada Conferência Temática, sempre atentos à sinergia e transversalidade de ações estratégicas para a Proposta de Política Nacional de Direitos Humanos, trabalho que resultará na elaboração do Documento 3 de Transversalidade.

II - Após as Conferências Nacionais Conjuntas, a Coordenação do GTT irá rever o conteúdo do Documento 3 de Transversalidade, considerando a manutenção de ações prioritárias cujas proposições foram aprovadas na Plenária Final da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e que, por questão de tempo, não puderem ter sido incluídas durante os trabalhos do GTT.

III - O Documento 3 de Transversalidade revisado será encaminhado por e-mail aos membros do GTTpara a validação final e posterior encaminhamento de sua socialização junto aos participantes das Conferências Nacionais Conjuntas e à Secretaria de Direitos Humanos, para estabelecimento do processo de definição e aprovação legal da Política Nacional de Direitos Humanos.

A fim de contribuir com o processo de definição da Política Nacional de Direitos Humanos, a coordenação doGTTirá encaminhar à Secretaria Especial de Direitos Humanos um relatório reunindo:

a) os relatórios finais das cinco conferências nacionais temáticas, realizadas nas Conferências Conjuntas de Direitos Humanos de 2016;

b) a Proposta de Política Nacional dos Direitos Humanos, fruto do trabalho realizado pelo GTT - Documento 3 de Transversalidade;

c) síntese das discussões realizadas nas Conferências Nacionais Conjuntas sobre Sistema, Financiamento e Plano Decenal;

d) estudo sobre a viabilidade de implantação e funcionamento de um Sistema Nacional de Direitos Humanos.